



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680376 - PR (2021/0219992-0)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : JORDAN VIECELI
ADVOGADO : JORDAN VIECELI - PR074764
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : WELIGTON DA SILVA ABADI (PRESO)
CORRÉU : ANA KARINE SCHMIDT
CORRÉU : ANDRESSA DOS SANTOS FRANCA
CORRÉU : AUGUSTO ALVES DE MENEZES JUNIOR
CORRÉU : CAROLINE MICHELE FERREIRA DA SILVA
CORRÉU : DEISE FRANCIELI DE PAULA CARNEIRO
CORRÉU : DIEGO LUIZ SEVERGNINI CIPRIANO
CORRÉU : ERCILIO ANTONIO GOMES DOS SANTOS
CORRÉU : FABIANE KELLER
CORRÉU : FERNANDO RODRIGO ALCACO BASSI
CORRÉU : JEFFERSON DE SOUZA SILVA
CORRÉU : JESSICA LAIS DIAS DOS SANTOS ZORNITTA
CORRÉU : JOHN RENATO DE SOUZA SANT ANA
CORRÉU : JOSIEL RIBEIRO SANT ANA
CORRÉU : LUCIANO ROGERIO HENRIQUE
CORRÉU : LUIZ CARLOS KOYAMA PEREIRA
CORRÉU : MARCIO RICARDO XAVIER
CORRÉU : THAIS CAMILA PONCI DIAS
CORRÉU : VALDENIR AVELINO DA SILVA
CORRÉU : MARCIO BRAULINO DOMINGUES
CORRÉU : BRUNA DOS SANTOS PALHARIN
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WELIGTON DA SILVA ABADI em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (*Habeas Corpus Criminal* n. 0052748-90.2020.8.16.0000).

O paciente foi preso preventivamente, pelo suposto cometimento do delito de tráfico ilícito de entorpecentes, previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta constrangimento ilegal, decorrente do excesso de prazo na formação da culpa.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva do paciente, com a consequente expedição do alvará de soltura em seu favor. Subsidiariamente, pede a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, tal qual o monitoramento eletrônico. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente